



Exmo. Sr. Presidente, da

**Comissão de Economia e Coesão
Territorial**

Deputado Pedro Coimbra

Assunto: Audição da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) sobre o impacto da reprogramação do PRR nos investimentos em equipamentos sociais

A execução eficaz e transparente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) continua a ser determinante para o desenvolvimento económico e social do país e para a concretização dos compromissos assumidos com a União Europeia. Representando um volume sem precedentes de investimento público, o PRR tem permitido financiar projetos estruturantes em várias áreas, incluindo a rede de equipamentos sociais, essenciais ao apoio às populações mais vulneráveis e à promoção da coesão territorial.

Nos últimos meses, o Governo anunciou uma nova reprogramação do PRR, justificando-a com a necessidade de garantir a execução integral dos fundos disponíveis até 2026. Esta reprogramação, já concretizada, implicou a redefinição de prioridades, a substituição ou retirada de alguns investimentos e a reorientação de verbas para outras áreas.

Entre os setores potencialmente afetados encontram-se os equipamentos sociais, nomeadamente os projetos de construção, reabilitação e modernização de infraestruturas destinadas a respostas sociais, como lares, creches, centros de dia e unidades de cuidados continuados. Estes investimentos são decisivos para reforçar a rede solidária nacional, combater as desigualdades regionais e apoiar o envelhecimento digno da população.



Tendo em conta que a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) representam um vasto conjunto de entidades responsáveis pela gestão e implementação direta de muitas destas respostas, a sua audição parlamentar é indispensável para compreender o real impacto da reprogramação do PRR nas instituições do setor social e solidário.

É importante apurar se as alterações introduzidas pelo Governo salvaguardam os compromissos assumidos com estas entidades, se há investimentos cancelados ou adiados, e de que forma se prevê garantir a execução dos projetos sociais que foram aprovados e aguardam financiamento.

A audição destas instituições permitirá também recolher contributos sobre eventuais dificuldades que estejam a limitar o avanço das candidaturas, ou até a entrada em funcionamento de equipamentos já concluídos e que não estão ainda ao serviço das populações e assim identificar medidas que possam assegurar a concretização das metas estabelecidas até ao final do programa.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vem requerer a audição da Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) na Comissão de Economia e Coesão Territorial, com vista à apreciação do impacto da reprogramação do PRR nos investimentos em equipamentos sociais e nas respostas do setor solidário.



Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Nuno Fazenda

Hugo Costa